

PORTUGAL E BRASIL PERANTE A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO A CRÍTICA DE OLIVEIRA MARTINS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

Rui Ramos

Para vários historiadores, o mundo de finais do século XIX foi o primeiro «genuinamente global», tendo inclusivamente funcionado como o modelo que guiou os estadistas americanos e ingleses que apostaram na expansão do comércio internacional depois da II Guerra Mundial¹. Essa «primeira globalização» teria assentado no seguinte: em primeiro lugar, no facto de o planeta estar, pela primeira vez, quase todo conhecido e cartografado; em segundo lugar, na rapidez, alcance e segurança inédita das comunicações à distância (graças ao telégrafo eléctrico e ao cabo submarino) e dos meios de transporte (devido sobretudo à articulação entre redes ferroviárias e navegação a vapor); em terceiro lugar, na adesão da maior parte dos países a um sistema de câmbios fixos, o chamado «padrão-ouro». Os empresários europeus puderam assim desenvolver um comércio planetário de produtos básicos, centrado nas economias da Europa Ocidental, então em processo de industrialização. Paralelamente, aventureiros e agentes de governos europeus, utilizando uma tecnologia e técnica militares superiores, submetiam à sua administração as populações da África e da Ásia.

O conceito de uma «primeira globalização» mereceu várias reservas. Por um lado, a daqueles que consideram a «globalização» do fim do século XX como um evento completamente inédito e sem precedentes, preferindo usar termos menos fortes para designar a interrelação do mundo em épocas anteriores («internacionalização», por exemplo)². Por outro lado, foi criticada por aqueles que argumentam precisamente o contrário: que havia pelo menos quatrocentos anos que várias regiões do planeta integravam rotas comerciais intercontinentais centradas na Europa Ocidental. A chamada «primeira globalização» seria apenas uma fase dessa globalização^{3/4}. Finalmente, seria ainda possível criticar a ideia de «globalização» apontando os seus limites em termos planetários. Em 1880, 80 por cento do comércio e dos investimentos internacionais registados diziam respeito à Europa e a países povoados por europeus. A participação da África, da Ásia e da Oceânia era marginal⁵. Contra estas três restrições, poder-se-ia notar, no entanto, que o sistema mundial de trocas por volta de 1900 não deixa de ser impressionante quando examinado na perspectiva do século XIX e dos primeiros três

quartos do século XX. Calcula-se que a proporção do comércio externo no produto nacional dos estados europeus ou de origem europeia tenha subido de três por cento em 1800 para 33 por cento em 1913, o que não voltaria a acontecer no resto do século XX⁶. Entretanto, a polémica mais interessante acerca da primeira globalização não diz respeito a saber se ela existiu, mas, admitindo que sim, a determinar o seu sentido. Alguns autores encaram a globalização como um mecanismo que serviu para difundir no mundo o crescimento económico. Outros, pelo contrário, vêem-na como uma ordem assimétrica, que permitiu a determinados estados enriquecerem à custa de outros. Para os primeiros, as «dependências» traduzem a complementaridade entre economias com recursos diferentes; para os segundos, a sujeição dos fracos aos fortes.

No presente estudo, tentaremos compreender esta divisão de opiniões acerca da globalização em termos de opções políticas fundamentais. Para tanto, situaremos as reacções à globalização no contexto do debate político dentro dos estados nacionais ao longo do século XIX. Com efeito, o crescimento do comércio internacional no século XIX coincidiu com a difusão do Estado nacional como forma dominante da organização política. O Estado nacional, com a sua contabilidade, é, aliás, a unidade de análise de todas as interpretações da globalização. O que se sugere neste texto é que a polémica acerca da globalização económica correspondeu sobretudo, em primeiro lugar, a uma divisão de opiniões acerca da natureza e dos fins do Estado nacional e, em segundo lugar, mais exactamente, à discussão acerca das vantagens deste tipo de comunidade para se atingirem determinados objectivos políticos.

Vou-me ocupar das percepções da globalização em Portugal em dois momentos: nos meados da década de 1850, no momento em que o comércio mundial começou a crescer e o «livre-cambismo» se tornou popular; e na década de 1880, quando o «proteccionismo» regressou. Em ambos os casos, focarei sobretudo as posições da esquerda democrática. No último caso, tratarei especialmente das reflexões de J. P. Oliveira Martins (1845-1894) sobre os problemas da internacionalização da economia, as quais julgo podem colocar-nos numa pista interessante para esclarecer o que esteve verdadeiramente em jogo na reacção à primeira globalização.

A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO NO HORIZONTE DO ESTADO NACIONAL:

A REDUÇÃO DA POLÍTICA À ECONOMIA

Na primeira metade do século XIX, o projecto liberal de construção de uma nação de indivíduos livres passou por momentos de grande xenofobia (no Brasil, por exemplo, pelo ódio aos portugueses), que teve uma manifestação na «defesa do trabalho nacional», especialmente industrial, contra concorrentes estrangeiros. Não por acaso, tanto em Portugal como no Brasil, essa batalha concentrou-se, nas décadas de 1830 e 1840, à volta da revisão dos tratados comerciais de 1810 com a Inglaterra⁷. Por toda a Europa, de resto, as exportações inglesas de panos manufacturados e produtos coloniais justificaram uma política de altos direitos alfandegários⁸. Como Joseph Schumpeter refere em

relação aos Estados Unidos, este protecționismo teve um sentido mais político do que económico⁹. Um dos seus teóricos foi o escritor alemão Friedrich List, que em 1841 usou o caso do comércio entre Portugal e a Inglaterra no século XVIII para provar que David Ricardo não tinha razão acerca das vantagens da divisão do trabalho ao nível internacional¹⁰.

O protecționismo liberal pode surpreender quem se habituou à superficial assimilação entre liberalismo e livre-cambismo, como no chamado «neoliberalismo» da década de 1980.

Mas os «liberais» que no século XIX combateram as monarquias absolutas em Portugal e no Brasil nunca pretenderam simplesmente reduzir as sociedades a indivíduos solitários, relacionados entre si apenas pelos contratos estabelecidos no mercado. Os liberais aspiraram a construir o que poderíamos chamar «estados cívicos», fundados na união dos indivíduos à volta do

OS «LIBERAIS» QUE NO SÉCULO XIX COMBATERAM AS MONARQUIAS ABSOLUTAS EM PORTUGAL E NO BRASIL NUNCA PRETENDERAM SIMPLEMENTE REDUZIR AS SOCIEDADES A INDIVÍDUOS SOLITÁRIOS, RELACIONADOS ENTRE SI APENAS PELOS CONTRATOS ESTABELECIDOS NO MERCADO.

culto da pátria. Queriam que o governo pertencesse a uma comunidade de cidadãos, autónomos e iguais entre si, para quem a actividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal. Para aumentar o número dos cidadãos entre os homens adultos, recorreram à engenharia social: demoliram a antiga nobreza; tornaram o ensino estatal obrigatório; investiram em meios de comunicação. Para defender os meios de vida desses cidadãos e a liberdade como membros de uma comunidade autogovernada, revoltaram-se contra o que supuseram ser limites à «soberania nacional», como a que, no caso de Portugal e do Brasil, argumentavam estarem implícitos nos tratados comerciais com a Inglaterra¹¹.

No entanto, a partir de 1850, a expansão do comércio internacional, as migrações em massa para a América, e a generalização da febre dos caminhos-de-ferro viriam a assentar numa rede de tratados e associações que revelou a vontade de os governos facilitarem a circulação internacional de mercadorias (note-se que os movimentos de capital e de pessoas tinham sido sempre mais ou menos livres). A primeira grande questão é compreender as razões dessa viragem na orientação de governos até aí geralmente protecționistas. Ora, no caso de Inglaterra, o livre-câmbio teve um sentido político: foi não apenas uma causa dos empresários industriais, mas da esquerda radical, isto é, daqueles que queriam mudar a antiga sociedade, e que viram na protecção à agricultura cerealífera um muro de defesa da grande aristocracia¹². No entanto, os radicais ingleses conseguiram que o protecționismo cerealífero fosse abolido em 1846, só quando os conservadores moderados fizeram causa comum com eles. É verdade que a vitória do «livre-câmbio» foi propiciada pelas más colheitas de 1845. Mas a aliança entre radicais e conservadores que esteve por detrás dessa mudança é significativa do momento político que a Europa ia atravessar. Com efeito, constituiu a base da maior parte dos governos na Europa depois das revoluções de 1848. Essas revoluções assinalaram algo sem o qual a globalização económica é incompreensível: a globalização política, que reflectiu o modo

como os letrados e trabalhadores das cidades em quase todo o mundo europeu ou europeizado partilhavam uma atmosfera e estilos ideológicos semelhantes. As revoluções foram derrotadas, mas os novos governos procuraram sobretudo gerir o fim da política tradicional, assente no direito dinástico e na religião revelada¹³. Foi o caso do governo do imperador Napoleão III, em França. Ora, foi precisamente Napoleão III quem inaugurou a era do comércio livre, com o tratado anglo-francês de 1860, que os adeptos do protecționismo classificaram como um «segundo golpe de Estado». Napoleão III fê-lo, não só por cálculo diplomático (para encantar a Inglaterra), mas também em sintonia com a esquerda saint-simonista francesa, que acreditava ser possível mudar o mundo através de uma revolução económica dirigida por sábios e técnicos. Por isso, Napoleão III dispôs-se a escutar Richard Cobden, o principal livre-cambista inglês, e amigo de Michel Chevalier, um dos líderes do saint-simonismo francês¹⁴.

Este saint-simonismo, como notou Oliveira Martins no seu célebre *Portugal Contemporâneo* (1881), era partilhado pelo Governo português da chamada Regeneração de 1851¹⁵. A Regeneração consistiu numa junção entre conservadores moderados e jovens radicais, estabelecida à volta de uma plataforma de reformas políticas e grandes projectos económicos e financeiros para impulsionar o crescimento da riqueza no País. No Brasil, os governos da Conciliação, como o do visconde de Paraná, de 1853, foram muito semelhantes no seu objectivo de pôr termo aos ódios políticos e concentrar-se na tarefa de criar um ambiente favorável à empresa privada¹⁶. Depois do rábido protecționismo da década de 1840, começava a aceitar-se agora que o segredo da prosperidade das nações estava em incentivar as exportações e em desenvolver as infra-estruturas de transporte¹⁷. Não é tão fácil como pode parecer traçar as raízes desta posição. Poderíamos talvez ser levados a dizer que os conservadores monárquicos, que haviam aliás governado a maior parte dos países da Europa e da América na década de 1840, se limitavam a seguir a política, iniciada por Guizot, de atenuar as tensões sociais através da criação das condições para o enriquecimento individual dos cidadãos. A novidade estava no aparecimento, entre a esquerda democrática que até então fizera oposição aos governos conservadores, de gente que, como dizia o jovem republicano português António Pedro Lopes de Mendonça, um dos escritores radicais que aderiu à Regeneração, acreditava que «é pelos caminhos de ferro, pelos telégrafos eléctricos, pelo crédito, pela indústria, pela civilização material, que [a democracia] há-de, tarde ou cedo, reinar indisputavelmente na Europa e no mundo»¹⁸. Como é que uma parte da esquerda democrática, até então a grande defensora do protecționismo alfandegário¹⁹, tinha chegado a esta conclusão?²⁰ Para alguns historiadores da década de 1970, tratou-se de uma simples «contradição»²¹. No entanto, é possível encarar logicamente a aparente mudança de posição destes esquerdistas. Em Portugal, a esquerda saía completamente derrotada da guerra civil de 1846-1847; na Europa, havia de sofrer o esmagamento das revoluções de 1848. Estes desaires haviam provocado muitos exames de consciência entre os esquerdistas. Por um lado, tinham aprendido que as mentalidades e estruturas da sociedade tradicional eram um obstáculo

à democracia, e que esta nunca venceria sem que a sociedade fosse previamente transformada, isto é, sem a criação de infra-estruturas e actividades que libertassem o indivíduo da necessidade e da superstição que, segundo a esquerda, os fazia aderir à monarquia e à Igreja estabelecida. Por outro lado, os esquerdistas portugueses haviam-se ainda convencido de que havia um tamanho óptimo para um povo poder realizar essa emancipação social. Era isso que levava Mazzini, um dos mais famosos líderes republicanos europeus, a sugerir a necessidade de constituir «grandes nacionalidades» na Europa, para substituir a multidão de pequenos estados dinásticos²². Os jovens esquerdistas portugueses que aderiram à Regeneração na década de 1850 estavam muito conscientes dessa necessidade. Para os estados pequenos ou demasiado pobres e destituídos de recursos (o que, em certo sentido, era o mesmo), o horizonte da revolução económica teria de ser internacional. Por isso, veremos muitos escritores da esquerda portuguesa a pensar seriamente num *Zollverein* peninsular ou mesmo na união política dos dois reinos ibéricos, isto é, em réplicas da unificação alfandegária alemã ou da tentativa de unificação dinástica italiana. O objectivo de instalar os Braganças, considerados reis «liberais», em Madrid, animou então muitos conciliábulos entre a esquerda portuguesa e a esquerda espanhola²³. Em alternativa a essa monarquia liberal ibérica, a transformação de Portugal teria de se fazer pelo recurso aos investimentos estrangeiros e ao comércio livre internacional.

É óbvio que a aceitação do comércio livre internacional como um meio de enriquecimento das nações nos meados do século XIX representou certamente a percepção de um potencial económico, que no caso português já era visível no crescimento das receitas das alfândegas e dos impostos directos²⁴. Há mesmo quem tenha feito grandes reservas a qualquer leitura política das decisões «económicas» tomadas nesta época. Medidas como a adesão ao padrão-ouro podem ser descritas como meramente pragmáticas²⁵, embora tivesse sido oportuna quando o Governo procurava capitais em Londres e quando as remessas enviadas pelos emigrantes do Brasil se animavam²⁶. Por outro lado, embora os governos portugueses tivessem baixado os direitos dos cereais em 1854-1855 e celebrado um tratado de comércio com a França em 1867, não houve uma mudança radical da política alfandegária, porque os direitos alfandegários eram a maneira mais prática e barata de arranjar receita para o Estado e a Inglaterra, o maior parceiro comercial, não exigia contrapartidas. Poder-se-ia argumentar, porém, que nenhum governo depois de 1850 se propôs levantar as tarifas para proteger indústrias²⁷.

Por tudo isto, é possível ver a adesão à internacionalização económica como uma aposta política: uma aposta de conservadores moderados, que esperavam eliminar as tensões sociais através da prosperidade, e uma aposta de radicais sensatos, que esperavam continuar a revolução através da mudança económica. Tratou-se de reduzir a política à eco-

É POSSÍVEL VER A ADESÃO À INTERNACIONALIZAÇÃO
ECONÓMICA COMO UMA APOSTA POLÍTICA:
UMA APOSTA DE CONSERVADORES MODERADOS,
QUE ESPERAVAM ELIMINAR AS TENSÕES SOCIAIS
ATRAVÉS DA PROSPERIDADE, E UMA APOSTA
DE RADICAIS SENSATOS, QUE ESPERAVAM CONTINUAR
A REVOLUÇÃO ATRAVÉS DA MUDANÇA ECONÓMICA.

nomia, segundo a ideia de que sobre esta poderia haver um consenso que seria impossível acerca de princípios políticos. Na prática, como diz Hobsbawm, a «primeira globalização» foi o meio de criar, nas décadas de 1850 e 1860, uma sociedade dinâmica que absorveu os jovens líderes radicais de 1848 em empregos e negócios²⁸.

Por volta do terceiro quartel do século XIX havia clara consciência do sistema mundial de dependências assim gerado. Por volta de 1900, as remessas monetárias dos emigrantes do Brasil representavam 50 por cento do valor das exportações portuguesas²⁹. Essas remessas chegavam sob a forma de letras de câmbio sobre a praça de Londres (porque o Brasil tinha mais comércio com a Inglaterra do que com Portugal). Eram essas letras, ao criar um excedente de crédito em Londres, que permitiam a Portugal equilibrar uma balança de pagamentos que de outro modo seria deficitária, visto as exportações de vinho e cortiça não cobrirem as importações de máquinas, combustíveis, manufacturas e cereais e ainda o serviço de uma enorme dívida externa. Em Portugal, os contemporâneos repararam que era o câmbio da moeda brasileira que determinava o câmbio da moeda portuguesa. A razão estava em que a desvalorização da moeda brasileira desencorajava os portugueses do Brasil de efectuar transferências para Portugal. A divisa portuguesa era assim menos procurada em Londres, por onde todas essas transferências passavam, e o seu valor caía. O paralelismo entre o câmbio português e o brasileiro era portanto notável³⁰. Num estudo de 1915, António de Oliveira Salazar, então professor de Economia Política e Finanças Públicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, chamaria a atenção para o facto de essa solidariedade não reflectir apenas a real transferência de valores, mas também a «acção psicológica», isto é, o modo como os agentes económicos estavam condicionados pela percepção dessa correlação. Ou seja, não havia apenas uma relação, mas uma consciência tão aguda dessa relação que levava os agentes económicos a comportarem-se na expectativa de que essa relação funcionasse³¹. Não por acaso, dizia-se que o rei D. Carlos (1889-1908) recomendava aos seus ministros que Portugal podia estar de mal com todos os estados do mundo, excepto com a Inglaterra e o Brasil³².

Um dos efeitos desta globalização foi a consciência do carácter relativo das independências nacionais pelas quais tinham lutado os liberais da primeira metade do século XIX. Isso vê-se, por exemplo, no modo como os autores portugueses desta época passaram a desvalorizar o significado da separação do Brasil em 1822. Eis o que dizia Manuel Pinheiro Chagas, na sua *História de Portugal*:

«[em 1822], o nosso país ia entrar num período completamente novo, mas em que a perda do Brasil, que parecia dever ser-lhe fatal, se não tornou contudo muito sensível. Pelo contrário, lucrámos mais com a perda do Brasil, do que lucraríamos com a sua conservação. Continuou a ser para o nosso comércio, para a nossa indústria, para a nossa agricultura um grande elemento de riqueza, e a sua perda não nos tirou uma importância que na Europa nunca nos podia dar essa possessão longínqua»³³.

Ou seja, o Brasil como colónia nunca teria servido para Portugal ser uma grande potência europeia, mas continuava a servir para o animar economicamente, mesmo depois da independência. Portanto, nada se perdera. Na primeira metade do século XIX, a separação do Brasil tinha sido encarada como uma catástrofe para Portugal, a exigir uma reconversão total da vida colectiva, em nome da qual se justificaram muitos projectos de reforma liberais, para encontrar no País as riquezas outrora buscadas na América³⁴. Agora, podia-se constatar, segundo Pinheiro Chagas, que tinha sido um acontecimento exagerado. O Brasil independente dava mais dinheiro a Portugal do que o Brasil colónia, e, como diria Oliveira Martins, «sem o trabalho de o governarmos».

A CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO: A SUBMISSÃO DA ECONOMIA À POLÍTICA

No entanto, se o sistema continha oportunidades, continha também riscos, inerentes a uma sociedade que criava riqueza através da mudança³⁵. A especialização produtiva, incentivada pela procura das zonas industriais do mundo, era sem dúvida um risco. Por exemplo, os lavradores que cultivavam cereais para seu consumo em 1800 poderiam estar preocupados com o clima ou com doenças da planta; mas os que plantavam vinho ou café em 1890 estavam também preocupados com os preços. O ciclo de negócios era global, ao contrário do clima e das doenças das plantas e animais, que eram locais. A agricultura deixara de ser uma forma de subsistência para passar a incluir opções e riscos.

O desnível entre os estados não foi apenas pensado, na época, como uma desigualdade – foi também pensado como um princípio de dominação. É o caso de Portugal. Os investimentos que os aforradores dos países ricos tinham no País eram citados como a via principal dessa dominação. Primeiro, eram usurários, custando 40 por cento da despesa do Estado. Depois, eram vistos como um instrumento para interferir no governo do País. Já então, milhares de investidores dos países ricos podiam punir governos que eles considerassem despesistas ou pouco honrados ou países cuja *performance* fosse fraca.

Graças ao telégrafo, as transferências eram quase instantâneas entre as bolsas³⁶. Sempre que as relações com o Brasil eram interrompidas, os governos portugueses ficavam à mercê dos credores. Entre 1890 e 1899, temeu-se que Portugal tivesse o destino do Egipto em 1881. De facto, foi a Inglaterra, que entretanto havia vendido os títulos portugueses, que, por motivos políticos, manteve os credores franceses e alemães à distância das colónias e alfândegas portuguesas, de que eles se queriam apropriar. Nesta época, a denúncia da «dependência externa» tornou-se central no discurso patriótico³⁷.

Os estados nacionais foram escolhidos como âmbito das reacções contra a globalização. Era fácil contrapor o mundo da nação ao mundo da globalização. O primeiro era, supostamente, um mundo de devoção desinteressada pelo bem comum, ao contrário da eco-

ERA FÁCIL CONTRAPOR O MUNDO DA NAÇÃO
AO MUNDO DA GLOBALIZAÇÃO. O PRIMEIRO
ERA, SUPOSTAMENTE, UM MUNDO DE DEVOÇÃO
DESINTERESSADA PELO BEM COMUM,
AO CONTRÁRIO DA ECONOMIA GLOBAL,
ONDE IMPERAVA O MATERIALISMO DESENRAIZADO.

nomia global, onde imperava o materialismo desenraizado. O Estado nacional tinha, portanto, um forte apelo emocional e político. Foi este Estado que alguns propuseram fazer auto-suficiente.

Na década de 1880, o ambiente tornou-se propício a esses projectos de defesa do «trabalho nacional». Na Europa, a revisão da pauta alfandegária alemã, em Julho de 1879, e a criação da Fair Trade League em Inglaterra, em 1881, marcaram «o gradual retorno do proteccionismo»³⁸. Em Portugal, depois da crise bancária de 1876, que provocou muita crítica à gestão governamental³⁹, 1878 e 1881 tinham sido anos maus⁴⁰. Em 1881, a negociação de um novo tratado comercial com a França fez dos direitos alfandegários um tema da actualidade⁴¹. Nos meados da década, os agricultores de cereais do Sul começaram a protestar contra a queda dos preços (15 por cento entre 1877 e 1887), que atribuíram ao trigo americano, e contra a queda do mercado de exportação do vinho (excepto em 1885-1886), azeite, frutos e gado⁴². Os produtores de vinho do Porto, tradicionalmente um dos principais produtos de exportação, aumentavam as quantidades exportadas (sobretudo para novos mercados como o brasileiro), mas deparavam-se com a queda rápida dos preços e finalmente, a partir de 1887, com a diminuição dos volumes exportados⁴³. Isto levou os empresários agrícolas a interessarem-se por produções com possibilidade de serem rapidamente absorvidas pelo mercado nacional, como era o caso do trigo. Assim, os lavradores acabaram por juntar-se aos empresários industriais, que tinham aproveitado os direitos alfandegários elevados contra as manufacturas importadas para instalar fábricas em Lisboa e no Porto durante a década de 1870 e agora exigiam ainda mais protecção⁴⁴. Este «proteccionismo» suscitou algumas reservas. Os produtores de vinho, em especial, temiam retaliações contra a mais importante exportação portuguesa. Também alguns jornalistas da esquerda lamentavam os altos direitos alfandegários, que viam como uma forma muito injusta de imposto indirecto, já que afectava indiscriminadamente todos os consumidores, pobres ou ricos⁴⁵.

Oliveira Martins foi uma das referências mais importantes desta deriva proteccionista. Na década de 1880, ele era já o autor de uma *História de Portugal* (1879) extremamente popular e um comentador político célebre (foi director de dois jornais diários). Em 1892, seria ministro da Fazenda num momento de viragem da história portuguesa. Apadrinhou então a aprovação parlamentar de uma pauta alfandegária proteccionista⁴⁶. Mais do que uma justificação, Oliveira Martins forneceu uma reinterpretação do proteccionismo, fazendo dos direitos alfandegários um simples aspecto de uma filosofia geral do Estado. Oliveira Martins começou por uma crítica do «livre-cambismo» que atribuiu aos líderes da Regeneração da década de 1850. Segundo ele, os Regeneradores tinham-se convencido de que o País era demasiado pequeno e pobre para progredir sozinho. O único meio de melhorar o padrão de vida dos portugueses consistiria na integração do País numa economia cosmopolita, fundada num sistema unificado de leis, comunicações e transportes. Os Regeneradores não temiam a perda de soberania porque presumiam que o destino da Europa era converter-se numa fraternal federação de povos livres. Numa eco-

nomia europeia aberta, Portugal poderia aproveitar ao máximo as vantagens que tinha para produzir vinho e outros produtos alimentares. Lisboa poderia, até, tornar-se num grande porto internacional, funcionando para a Península Ibérica como Antuérpia para o Norte da Europa. Foi esta utopia regeneradora que Martins se propôs refutar⁴⁷.

É importante notar que Oliveira Martins iniciou a sua defesa do «proteccionismo», não por um raciocínio económico, mas político. Com efeito, o seu ponto de partida foi a ideia, muito aceite entre os liberais portugueses, segundo a qual a liberdade política só poderia existir numa comunidade de iguais. Ora, em Portugal, como a maior parte dos liberais havia reconhecido, a base desta comunidade igualitária só podia ser uma população de lavradores prósperos. Martins estava aqui a explorar uma dimensão fundamental da cultura política liberal. Os liberais sabiam que o Estado que queriam fundar em Portugal só podia existir como uma comunidade daquele tipo a que os autores antigos chamavam «república» – independentemente de a chefia do Estado poder ser hereditária⁴⁸. Ora, os autores clássicos que tinham escrito sobre o republicanismo estavam de acordo num aspecto: o povo soberano não podia ser um bando de pedintes. Era essa, segundo Martins, a opinião de Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu⁴⁹. Esses autores também tinham ensinado que o cidadão ideal era o «camponês-guerreiro», o chefe de família, dotado dos meios necessários para levar uma vida independente e com um interesse pessoal na defesa do regime⁵⁰. Autores de referência do liberalismo português, como Alexandre Herculano, haviam admitido que, sem uma população composta por indivíduos desse tipo, a liberdade política era impossível. Os trabalhadores agrícolas analfabetos e os operários fabris miseráveis nunca seriam bons cidadãos⁵¹.

O argumento de Martins é que os governos da Regeneração haviam presumido que uma total franquia da actividade empresarial ajudaria os indivíduos a atingir o nível de prosperidade e independência pessoal que era suposto ser a base da cidadania. De acordo com Martins, esta hipótese não passava de um erro grosseiro. Segundo Martins, o que caracterizava Portugal era ser, como a França, uma nação de pequenos proprietários e de pequenos empresários, do género dos mestres de oficinas e lojistas. O objectivo de uma política verdadeiramente liberal deveria ser o de melhorar o padrão de vida dessa classe e expandir os seus números, resgatando até, se possível, mais gente da condição de proletários. Nisto estavam todos os liberais de acordo. Mas, segundo Martins, o mercado livre não era, ao contrário do que pensavam os Regeneradores, a melhor maneira de alcançar esse objectivo. Uma política de livre-câmbio, combinada com as baixas tarifas que os caminhos de ferro aplicavam nas distâncias mais longas, havia integrado o País na economia internacional. Esta integração, segundo Martins, tivera duas consequências, ambas nefastas: por um lado, as manufacturas baratas da Inglaterra, França e Alemanha tinham empurrado os mestres de oficina e trabalhadores industriais para o desemprego e a emigração; por outro lado, o trigo importado da América levava os lavradores, aproveitando a procura estrangeira do vinho, a abandonarem a cultura dos cereais pela da vinha. Muitos viam nesta especialização vinícola uma vantagem. Mas Martins chamava a aten-

ção para os riscos, invocando o caso do Douro. O Douro, tornado numa imensa vinha, fora a região mais próspera de Portugal até ao fim da década de 1870. A partir daí, porém, a filoxera destruíra os vinhedos e os seus lavradores, sem alternativas, haviam emigrado

O LIVRE-CÂMBIO NÃO PODIA ASSEGURAR MEIOS CERTOS DE VIDA ÀQUELA MASSA DE PEQUENOS PROPRIETÁRIOS E EMPRESÁRIOS DE QUE A VIDA POLÍTICA DO ESTADO LIBERAL DEPENDIA.

em massa para o Brasil. Martins temia que Portugal se transformasse numa imensa vinha e ficasse sujeito a um desastre como o do Douro. Assim, o livre-câmbio não podia assegurar meios certos de vida àquela massa de pequenos proprietários e

empresários de que a vida política do Estado liberal dependia. Uma pauta alfandegária proteccionista era a única maneira de defender as bases sociais da liberdade política⁵². Oliveira Martins utilizava ainda outro argumento para defender o proteccionismo. Por detrás do livre-cambismo estava, segundo ele, o projecto de unir a Europa através de uma federação de povos. Tratava-se de uma utopia insensata. O «regime natural da Europa» era, segundo Martins, o de estados independentes⁵³. O proteccionismo alfandegário que se expandia desde o princípio da década de 1880 provava precisamente que o continente não estava preparado para se tornar num mercado único. Ora, as nações não podiam arriscar-se a especializações produtivas, sem com isso comprometerem a sua soberania. Os estados precisavam ser tão auto-suficientes quanto possível. Um país que não fosse capaz de se alimentar e vestir a si próprio não era uma nação, mas uma «colónia»⁵⁴. Ora, Martins acreditava que Portugal se podia tornar quase totalmente «independente», desde que, como previu num projecto de 1887, procedesse à «colonização» do Sul do reino, do Alentejo, mais ou menos árido, despovoado e ocupado por latifúndios. Martins propunha que o Estado transformasse o ambiente natural do Alentejo através de grandes obras de hidráulica, obrigasse os proprietários locais a ceder as suas terras em arrendamento a pequenos cultivadores, e concedesse crédito a estes para iniciarem a sua actividade. Depois, tratar-se-ia de desviar para o Sul do País as correntes de emigração que do Norte se dirigiam tradicionalmente para o Brasil. Em vez de caixeiros no Rio de Janeiro, os minhotos tornar-se-iam pequenos lavradores no Alentejo⁵⁵. A produção de cereais e de outros alimentos, à sombra de uma pauta aduaneira protectora, tornaria o país auto-suficiente, enquanto o aumento da população criaria um novo mercado para as manufacturas nacionais, desde que igualmente defendidas contra a concorrência externa. Portugal tornar-se-ia assim uma «nação-colmeia», vivendo dos seus próprios recursos, ao contrário de «nações coloniais ou comerciais» como a Inglaterra e a Holanda⁵⁶.

É muito importante notar que a receita de Oliveira Martins para o Brasil era semelhante àquela que recomendava para Portugal. Em 1880, Oliveira Martins escreveu *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, de que três quartos constituem uma história do Brasil desde a descoberta até à actualidade. Martins começou por notar que uma colonização dispersa no século XVI, à volta de casas fidalgas, dificultara a unidade futura da nação brasileira. O Brasil ficara a ser um arquipélago de cidades-portos, onde vivia a maior parte da população. Mas o grande

problema estava, segundo Martins, na permanência do regime de plantação. A propósito, Martins enfatizou o contraste entre o Sul e o Norte do Brasil. No Sul, teria havido colonização livre, agrícola-industrial, num clima benigno, enquanto no Norte vigorara um regime de plantação com trabalho africano, produzindo para exportação. O Norte dependeu sempre de Portugal, enquanto o Sul foi autónomo. O Sul não tinha sido tão rico como o norte, mas Martins nota que foi do Sul que veio o movimento de independência. É que o Sul desenvolveu um espírito nacional, ao passo que o Norte nunca passou de uma «fazenda de Portugal na América». Esse carácter autónomo do Sul teria sido, porém, subvertido pelas minas do século XVIII⁵⁷ e sobretudo pela monocultura do café no século XIX. Assim, Martins podia dizer que, em 1880, «o desenvolvimento da riqueza do Brasil tem ainda um carácter colonial. O café, que constitui metade das suas exportações, está até certo ponto na condição das antigas minas. Se uma causa fortuita, uma das tantas doenças que atacam as culturas, aparecesse, a actual prosperidade do império converter-se-ia numa crise tremenda». Segundo Martins, teria sido preferível que o Brasil se concentrasse na «cultura e [n]o fabrico dos géneros essenciais à vida interna de uma nação», desprezando a exportação. É verdade que a exportação dava muito rendimento e era defendida pelos economistas, mas «as teorias da livre troca, olhando apenas para o lucro imediato, esquecem as necessidades futuras». O Brasil, para enriquecer, sacrificava a sua autonomia nacional:

«O Brasil é o cafezal do mundo: com o café compra farinha para o pão que não tem, compra os panos para se vestir, e tudo o mais de que carece. É fora de dúvida que ganha muito; mas é também incontestável que pode estar preparando as causas de uma crise futura. Entre uma colónia, independente ou vassala, e uma nação no sentido económico da palavra, há uma distância que os Estados Unidos galgaram, mas que o Brasil não transpôs ainda.»

O argumento de Martins era que, «economicamente, à ideia de nação liga-se a de um organismo que tem, no conjunto das suas produções, o indispensável para a sua existência e que permuta as sobras com as sobras das demais nações»⁵⁸. Martins tinha uma ideia da nação muito clara:

«Só uma população homogénea fixa, mais ou menos produtora de tudo o que é essencial à vida, pode constituir verdadeiramente uma nação. Um agregado de gente sem unidade, uma minoria de lavradores opulentos, explorando o trabalho de uma população exótica e inferior, e uma produção exclusiva por cuja troca se obtêm as comodidades necessárias à existência, foi sempre o carácter próprio de uma colónia.»

Por isso, a simples separação da metrópole era insuficiente para elevar uma antiga colónia à condição de nação: «Não basta a independência política para constituir uma nação: a este termo corresponde a ideia de uma autonomia étnica, moral, intelectual e económica. A colónia é o contrário disto.» Portanto, era um erro, em termos de nação, reduzir

a política à simples busca de uma maior riqueza: «O seco utilitarismo, o egoísmo individual, o materialismo prático, são armas úteis – mas só para obras inferiores. Jamais com elas se criaram Romas.»⁵⁹ O lucro não era um critério para construir uma nação⁶⁰.

De uma certa maneira, Oliveira Martins antecipava assim alguns dos argumentos de fundo que os críticos da internacionalização da economia iam utilizar no final do século XX⁶¹. É, porém, fundamental notar que, ao contrário de alguns dos inimigos

OLIVEIRA MARTINS ANTECIPOU ALGUNS DOS ARGUMENTOS DE FUNDO DOS CRÍTICOS DA GLOBALIZAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XX; PORÉM, AO CONTRÁRIO DESTES, NUNCA NEGOU QUE O MERCADO LIVRE SERIA CAPAZ DE GERAR MAIS BENS E SERVIÇOS DO QUE QUALQUER OUTRO REGIME ECONÓMICO.

da globalização, Oliveira Martins nunca negou que o mercado livre seria capaz de gerar mais bens e serviços do que qualquer outro regime económico. A riqueza, segundo Martins, era gerada pela tendência dos indivíduos para afirmarem a sua individualidade através da apropriação do mundo natural. A competição num mercado livre era, portanto, a melhor maneira

de aproveitar essa tendência. No entanto, Martins considerava este mecanismo incompatível com o estabelecimento de uma nação no sentido de uma comunidade soberana de cidadãos livres e iguais. A afirmação de alguns indivíduos no mercado seria sempre feita à custa de outros. Ora, a riqueza não era algo objectivo, mas subjectivo. Mesmo se fosse possível demonstrar que os perdedores no jogo do mercado livre gozavam, no fim, de um nível de vida mais elevado do que no início, nem por isso eles deixariam de se sentir mais pobres em comparação com os vencedores desse jogo. Assim, a competição no mercado livre acabaria por gerar uma tensão social incompatível com o sentimento de solidariedade colectiva que era essencial à vida cívica no Estado liberal⁶².

O proteccionismo proposto por Martins não tinha motivos propriamente económicos. As suas causas eram sobretudo políticas, morais, e até mesmo ecológicas. Para Martins, a harmonia social dependia da harmonia com a natureza. Martins desejava um retorno à terra e à vida simples associada com a agricultura dos cereais⁶³. Portugal não tinha recursos naturais para ser uma potência industrial como a Inglaterra ou a Alemanha⁶⁴. Segundo Martins, essa destituição era uma bênção⁶⁵. Os portugueses eram pobres – mas não estavam tão destituídos e dependentes como a classe trabalhadora das indústrias inglesas⁶⁶. Portugal era uma sociedade rural que devia aspirar à *aurea mediocritas* representada, por exemplo, pelo campesinato francês⁶⁷. Martins tinha uma ideia muito clara do que queria para Portugal: uma «nação de pequenos proprietários rurais», exactamente como Proudhon imaginara o futuro dos povos europeus⁶⁸:

«com Proudhon entendo que a justa distribuição da propriedade coalharia um território de pequenas casas, cada qual com sua família semi-camponesa, semi-cidadã, em volta a uma courela e um jardim, e por toda a parte o bem estar que provém da liberdade, da igualdade e do trabalho.»

Oliveira Martins, que começara a sua carreira intelectual como um assumido discípulo de Proudhon, vinha da esquerda democrática. Por toda a vida se intitulou «socialista»⁶⁹. O seu objectivo declarado foi sempre o de «iniciar as massas no governo» através de uma educação laica, que contribuisse para a «racionalização do pensamento» e a distribuição da riqueza⁷⁰. Foi neste último ponto, porém, que ele mais evoluiu. A princípio, acreditou na expropriação, embora realizada através de impostos progressivos sobre a riqueza. Mais tarde, porém, viu na defesa do emprego através da exclusão alfandegária de importações, combinada com investimentos do Estado, uma maneira de assegurar meios de vida para as massas, sem ter de recorrer à expropriação ou ao fisco. Seria uma forma de produzir justiça social sem hostilizar os ricos e os poderosos⁷¹. Como sempre, podia ainda invocar as vantagens que este esquema traria para as finanças do Estado⁷². Assim, Martins estava em condições de esperar o apoio dos conservadores para a sua «democracia» fundada na manutenção do emprego nacional. Tratava-se da mesma fórmula política da década de 1850, mas agora fundada na protecção, em vez de no livre-câmbio. De facto, o projecto de realizar a «democracia» através da constituição de sociedades de pequenos produtores independentes foi adoptado por muitos movimentos políticos na Europa e na América no fim do século XIX⁷³. Trata-se, de certa maneira, de um efeito da circulação de ideias favorecida pela «globalização». Em Inglaterra, em meados da década de 1880, o programa radical de Joseph Chamberlain apontava para a criação de uma classe de pequenos proprietários rurais. O mesmo líder político, vinte anos depois, afirmar-se-ia como o campeão do protecçionismo alfandegário, em que via a melhor maneira de defender o emprego dos trabalhadores ingleses. Era esse, também, o objectivo do sistema de protecção à agricultura proposto por Jacques Méline em França, no início da década de 1890. É fundamental sublinhar que tanto Chamberlain, como Méline e Oliveira Martins tinham em comum o facto de terem começado como esquerdistas radicais, tendo-se mais tarde associado aos conservadores. Esta evolução é reveladora acerca do sentido político das suas propostas de «protecçionismo alfandegário»: esta era uma forma de defenderem a sociedade de pequenos produtores independentes que julgaram essencial para realizar a «democracia».

CONCLUSÕES

O debate sobre a globalização assenta fundamentalmente em diferentes concepções dos estados nacionais. Para uns, os estados nacionais são entidades soberanas, cuja razão de ser é, além de manter a independência perante outros estados, assegurar a participação igualitária dos seus membros no governo: o que define o Estado será portanto a fidelidade a certos princípios e a capacidade de actualizar uma estrutura idealizada, mesmo contra as tendências do mundo mais vasto; para outros, os estados nacionais podem ser duas coisas: ou simples limites a uma actividade empresarial que, em teoria, deveria ser totalmente livre para ser mais eficiente⁷⁴, ou então empresas, cuja razão de ser é tornarem-se prósperas no quadro de um mercado internacional: tal como as empresas,

os estados devem evitar estruturas rígidas e ser flexíveis, sempre prontos para realizarem rapidamente os ajustamentos que lhes permitam adaptarem-se a mudanças de circunstâncias e aproveitarem todas as oportunidades. Enquanto, no primeiro caso, o estadista é uma espécie de sacerdote, defendendo uma visão ética independentemente dos custos, no segundo caso é uma espécie de empresário, constantemente mudando os seus objetivos e adaptando os recursos à sua disposição de modo a maximizar benefícios materiais⁷⁵. Só quando compreendermos verdadeiramente a profundidade destas alternativas estaremos em condições de compreender a história da globalização.

No entanto, o debate sobre a globalização não assentou simplesmente na adoção destas duas maneiras de ver pelas forças políticas dentro dos estados nacionais. Como vimos no caso da esquerda democrática portuguesa, a percepção da globalização mudou conforme ela foi vista como um recurso ou obstáculo ao projecto fundamental de revolucionar a ordem social. A esquerda de 1850 estivera disposta a sacrificar a soberania nacional para conseguir a mudança social, que só a economia internacional parecia garantir. Ao contrário, Oliveira Martins, trinta anos depois, viu na globalização uma ameaça ao mundo social que podia sustentar a democracia: os pequenos proprietários, lojistas e artífices. Por isso, enquanto a esquerda de 1850 quisera reduzir a política à economia, Martins propunha-se submeter a economia à política. **RJ**

NOTAS

1 HOBBSAWM, E. J. – *The Age of Empire, 1875-1914*. Londres: Cardinal, 1989. KENWOOD, A. G., e LOUGHEED, A. L. – *The Growth of the International Economy, 1820-1990*. Londres: Routledge, 1992, pp. 236 e segs. GRAY, John – *False Dawn. The Delusions of Global Capitalism*. Londres: Granta, 1998, p. 61. MATHIAS, Peter – «A formação de uma economia mundial, 1500-1914». In *Ler História*. Lisboa, n.º 11, 1987, p. 86. BOLTHO, Andrea – «The return of free trade?». In *International Affairs*. Londres, vol. 72, n.º 2, 1996, pp. 247-259.

2 MATHIAS, Peter – «A formação de uma economia mundial, 1500-1914», p. 91. ADDA, Jacques – *La Mondialization de l'Économie*. Paris: Éditions de la Découverte, 2 vols., 1996, vol. I, pp. 3-4.

3 THOMPSON, William R. – *The Emergence of the Global Political Economy*. Londres: Routledge, 2000, p. 4. FRANK, Andre Gunder, e GILLS, Barry K. (eds.) – *The World System. Five Hundred Years or Five Thousand?*. Londres: Routledge, 1993.

4 BRAUDEL [Fernand – *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985, p. 97] ultrapassava esta posição distinguindo entre as «economias-mundo» que teriam existido antes do século XIX e a «economia mundial» que se constituiu então.

5 HOBBSAWM, E. J. – *The Age of Empire, 1875-1914*, pp. 74-75.

6 POLLARD, Sidney – *European Economic Integration, 1815-1970*. Londres: Thames and Hudson, 1974, p. 74. MARCY, Gérard – *Économie Internationale*. Paris: PUF, 1965, pp. 378-379. KRUGMAN, Paul – *Pop Internationalism*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1996, p. 120.

7 RIBEIRO, Gladys Sabina – «Ser português ou ser brasileiro?: algumas considerações sobre o Primeiro Reinado». In *Ler História*. Lisboa, n.º 25, 1994, pp. 27-55. CARDOSO, José Luís – «A legislação económica do Vintismo: economia política e política económica nas cortes constituintes». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 112-113, 1991, pp. 471-488. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. PEREIRA, Miriam Halpern Pereira – «Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1.ª metade do século XIX em Portugal». In *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 53-73. Para uma síntese sobre o caso português, ver RAMOS, Rui – «A crise». In REIS, António (ed.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990b, vol. II, pp. 187-195.

8 POLLARD, Sidney – *European Economic Integration, 1815-1970*, pp. 11-12. BAIRROCH, Paul – *Economics and World History. Myths*

and Paradoxes. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1993, pp. 17-18.

9 SCHUMPETER, Joseph – *Ensaios: Empre-sários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo*. Tradução portuguesa. Lisboa: Celta, 1996, p. 152. BAIRROCH, Paul – *Economics and World History. Myths and Paradoxes*, pp. 32 e segs.

10 VALÉRIO, Nuno – «Portugal nos séculos XVIII e XIX segundo Adam Smith e Friedrich List». In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, n.º 6, 1980, pp. 105-115.

11 RAMOS, Rui – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a «New Life» and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*. Oxford: Universidade de Oxford, tese de doutoramento não-publicada, 1997.

12 MATTHEW, H. C. G. – «The liberal age». In MORGAN, K. (ed.), *The Oxford History of Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 522.

13 HOBBSAWM, E. J. – *A Era do Capital, 1848-1875*. Lisboa: Editorial Presença, 1979, pp. 22, 40-41.

14 THOMPSON, J. M. – *Louis Napoleon and the Second Empire*. Oxford: Basil Blackwell, 1956, pp. 232-242. BAIRROCH, Paul – *Econo-*

- mics and World History. Myths and Paradoxes*, pp. 22-23. DEMIER, Francis – *La France du XIX^e siècle, 1814-1914*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 267.
- 15** MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 2 vols., 1925, vol. II, pp. 162 e segs.
- 16** NABUCO, Joaquim – *Um Estadista do Império: José Thomaz Nabuco de Araújo [1897-1899]*. Rio de Janeiro: Editora Nova-Aguilar, 1975, pp. 153, 216. NEVES Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes – *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. BASILE, Marcello – «O império brasileiro: panorama político». In LINHARES, M. Y. [org.], *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, pp. 251-253.
- 17** BULMER-THOMAS, Victor – *The Economic History of Latin America Since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 49-50, 141.
- 18** SARAIVA, António José – *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 214. MÓNICA, Maria Filomena [ed.] – *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853 – Alexandre Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: Quetzal, 1993.
- 19** Ver, por exemplo, MARRECA, Oliveira – *Obra Económica*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 2 vols., 1984, vol. II, pp. 39 e segs.
- 20** No caso da esquerda liberal brasileira, ver o caso das *Cartas do Solitário* [1861-1862] de Tavares Bastos, citadas em BASILE, Marcello – «O império brasileiro: panorama político». In LINHARES, M. Y. [org.], *História Geral do Brasil*, pp. 188-301. Bastos defendia a liberdade de comércio e a intensificação das relações com os EUA.
- 21** CABRAL, Manuel Villaverde – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, século XIX e XX*. Porto: Editorial Inova, 1974, p. 56.
- 22** HOBBSBAWM, E. J. – *A Era do Capital, 1848-1875*, p. 118. IDEM – *The Age of Empire, 1875-1914*, p. 144.
- 23** ROCAMORA, José Antonio – *El Nacionalismo Ibérico, 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1993, pp. 57-110.
- 24** ÁVILA, António José – *Discursos na Discussão sobre as Leis da Ditadura*. Lisboa: Tipografia da Empresa da Lei, 1852, pp. 34-35. BULMER-THOMAS, Victor – *The Economic History of Latin America Since Independence*, pp. 33-34.
- 25** REIS, Jaime – «Portugal: o primeiro a aderir ao padrão-ouro». In VVAA, *Convertibilidade Cambial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1995.
- 26** Ver os comentários de Toniolo e Martin-Aceña em *Ibidem*, pp. 288, 298.
- 27** LAINS, Pedro «O protecționismo em Portugal [1842-1913]». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 97, 1987, pp. 481-503. JUSTINO, David – «Fontismo: o impossível livre câmbio». In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, n.º 23, 1988, pp. 3-20.
- 28** HOBBSBAWM, E. J. – *A Era do Capital, 1848-1875*, pp. 36, 49-50.
- 29** BAGANHA, Maria Ioanina – «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 128, 1994, p. 963.
- 30** MATA, Maria Eugénia – *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 43.
- 31** SALAZAR, António de Oliveira – *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos, 1916-1918*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p. 139.
- 32** CAVALHEIRO, Rodrigues – *Política e História*. Lisboa, 1960, pp. 123-143.
- 33** CHAGAS, Manuel Pinheiro – *História de Portugal*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1903, vol. VIII, p. 212.
- 34** RAMOS, Rui – «As origens ideológicas da condenação das descobertas e das conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 140, 1997b, pp. 113-141.
- 35** GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- 36** POLLARD, Sidney – *European Economic Integration, 1815-1970*, p. 79.
- 37** RAMOS, Rui – «A crise», vol. II, pp. 165-182. IDEM – *A Segunda Fundação [1890-1926]*. In MATTOSO, J. [dir.] – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI, 1994, pp. 153-178. IDEM – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a «New Life» and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*, pp. 142-151.
- 38** BAIROCH, Paul – *Economics and World History. Myths and Paradoxes*, pp. 24, 27.
- 39** JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Vega, 2 vols., 1989, vol. II, pp. 87-90.
- 40** Como se pode deduzir, por exemplo, da evolução da construção residencial em Lisboa. Ver SILVA, Álvaro Ferreira da – «A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 136, 1996, p. 603.
- 41** SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder: Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978, p. 232.
- 42** CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979, pp. 65-84. JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. II, pp. 90-93. REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- 43** MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.
- 44** LAINS, Pedro «O protecționismo em Portugal [1842-1913]», pp. 481-503. REIS, Jaime – «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 96, 1987, pp. 206-227. JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. II, pp. 122-130. CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*, pp. 85-98.
- 45** BEIRÃO, Francisco Veiga – *Discursos*. Lisboa, 1880, p. 3.
- 46** Sobre a intervenção política de Martins, ver RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação [1890-1926]*, vol. VI, pp. 126-133, 203-208.
- 47** MARTINS, J. P. Oliveira – *Dispensos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2 vols., 1923, vol. I, pp. 140-143, vol. II, pp. 238-240. IDEM – *O Repórter*. Lisboa: Guimarães Editores, 2 vols., 1957, vol. I, pp. 311-312.
- 48** Sobre o republicanismo inerente à cultura política liberal, ver RAMOS, Rui – «A ideia republicana e a história da República em Portugal». In *Análise Social*, n.º 115, 1992b, pp. 229-239. IDEM – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a «New Life» and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*; IDEM – «Oliveira Martins e a ética republicana». In *Penélope*. Lisboa, n.º 18, 1998, pp. 167-187. Note-se que este republicanismo não era necessariamente antimonárquico. Aceitava-se que uma «monarquia liberal» poderia ser a «melhor das repúblicas».
- 49** MARTINS, J. P. Oliveira Martins – *Política e Economia Nacional*. Lisboa: Guimarães Editores, 1954, p. 97.
- 50** POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975, pp. 390-391. RAHE, Paul A. – *Republics Ancient and Modern*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 3 vols., 1994, vol. II, pp. 182-184.
- 51** HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Lisboa: Editorial Presença, 7 vols., 1982, vol. II, pp. 239-254. SAMPAIO, António Rodrigues – *Antologia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp. 41-42, 51. MARRECA, Oliveira – *Obra Económica*, vol. II, pp. 183-185.
- 52** MARTINS, J. P. Oliveira – *Dispensos*, vol. I, pp. 116, 151. IDEM – *Política e Economia Nacional*, pp. 95, 147.
- 53** MARTINS, J. P. Oliveira – *Dispensos*, vol. I, p. 170. IDEM – *Política e Economia Nacional*, pp. 129 e segs.
- 54** MARTINS, J. P. Oliveira – *Política e Economia Nacional*, pp. 107-109, 117-121.
- 55** MARTINS, J. P. Oliveira – *Dispensos*, vol. I, pp. 241-243. IDEM – *Política e Economia Nacional*, pp. 207 e segs. IDEM – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956b. IDEM – *A Província*. Lisboa: Guimarães Editores, 5 vols., 1959, vol. III, pp. 354-357.

- 56 MARTINS, J. P. Oliveira – *A Circulação Fiduciária*. Lisboa: Guimarães Editores, 1955, pp. 181-182.
- 57 MARTINS, J. P. Oliveira – *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães Editores, 1978, pp. 38-39, 74-76, 86.
- 58 *Ibidem*, pp. 156-159.
- 59 *Ibidem*, pp. 137-138.
- 60 *Ibidem*, p. 149.
- 61 Ao definir a situação do Brasil no século XIX, Caio Prado Júnior ecoa Oliveira Martins: «existe um desacordo fundamental entre o sistema económico legado pela colónia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada» [PRADO JUNIOR, *História Económica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, p. 140].
- 62 MARTINS, J.P. Oliveira – *O Regime das Riquezas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1917.
- 63 MARTINS, J. P. Oliveira – *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Livraria Ber-

trand, 1878, p. 22. IDEM – *O Regime das Riquezas*, pp. 141-144. IDEM – *Teoria do Socialismo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1952, p. 221.

64 MARTINS, J. P. Oliveira – *A Circulação Fiduciária*, pp. 182-183.

65 MARTINS, J. P. Oliveira – *Teoria do Socialismo*, p. 268.

66 *Ibidem*, pp. 237, 242.

67 *Ibidem*, p. 252.

68 MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal e o Socialismo*, pp. 150, 177-178.

69 Sobre a formação e as implicações do pensamento de Oliveira Martins, ver RAMOS, Rui – «A formação da intelligentsia portuguesa [1860-1880]». In *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 483-528 e IDEM – «A prisoner of liberalism: the strange case of J. P. Oliveira Martins». In *Portuguese Studies*. Londres, 2000, vol. XVI, pp. 51-81.

70 MARTINS, J. P. Oliveira – *A Circulação Fiduciária*, pp. 99, 101.

71 RAMOS, Rui – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a «New Life» and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*, pp. 112-119.

72 Para a relação entre o protecçãoismo do fim do século XIX e as necessidades financeiras de estados comprometidos numa corrida aos armamentos, mas relutantes em recorrer aos impostos directos, ver HOBSON, John M. – *The Wealth of States. A Comparative Sociology of International Economic and Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

73 Uma boa exposição da ideologia destes movimentos está em KAZIN, Michael – *The Populist Persuasion. An American History*. Nova York: Basic Books, 1996.

74 Ver e.g. KRUGMAN, Paul – *Geography and Trade*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993, pp. 70-72.

75 Ver e.g. KILLICK, Tony (ed.) – *The Flexible Economy. Causes and Consequences of the Adaptability of National Economies*. Londres: Routledge, 1995.

BIBLIOGRAFIA

ADDA, Jacques – *La Mondialization de l'Économie*. Paris: Éditions de la Découverte, 2 vols., 1996.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição do autor, 1994.

ÁVILA, António José – *Discursos na Discussão sobre as Leis da Ditadura*. Lisboa: Tipografia da Empresa da Lei, 1852.

BAGANHA, Maria Ioannis – «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 128, 1994, pp. 959-980.

BAIROCH, Paul – *Economics and World History. Myths and Paradoxes*. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

BASILE, Marcello – «O império brasileiro: panorama político». In LINHARES, M. Y. [org.], *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, pp. 188-301.

BEIRÃO, Francisco Veiga – *Discursos*. Lisboa, 1880.

BOLTHO, Andrea – «The Return of Free Trade?». In *International Affairs*. Londres, vol. 72, n.º 2, 1996, pp. 247-259.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

BRAUDEL, Fernand – *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

BULMER-THOMAS, Victor – *The Economic History of Latin America Since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, Século XIX e XX*. Porto: Editorial Inova, 1974.

CABRAL, Manuel Villaverde – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

CARDOSO, José Luís – «A legislação económica do Vintismo: economia política e política económica nas cortes constituintes». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 112-113. 1991, pp. 471-488.

CARDOSO, Fernando Henrique – *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique – «North-South relations in the present context: a new dependency?». In CARNOY, Martin et alii (eds.), *The New Global Economy in the Information Age*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1993, pp. 149-159.

CAVALHEIRO, Rodrigues – *Política e História*. Lisboa, 1960.

CHAGAS, Manuel Pinheiro – *História de Portugal*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1903.

CLEMENTE, Eloy Fernandez – «A história económica de Portugal [séculos XIX e XX]». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 103, 1988, pp. 1297-1330.

DEAN, Warren – «Economy». In BETHEL, Leslie (ed.), *Brazil: Empire and Republic (1822-1930)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DEMIER, Francis – *La France du XIX^e siècle, 1814-1914*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

DIAZ-ALEJANDRO, Carlos F. – «Trade policies and economic development». In KENEN, Peter B. (ed.) – *International Trade and Finance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, pp. 93-150.

FERNANDES, Florestan – *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FRAGOSO, João Luís – «O Império escravista e a república dos plantadores: economia brasileira no século XIX». In LINHARES, M. Y. [org.] – *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, pp. 144-187.

FRANK, Andre Gunder, e GILLS, Barry K. (eds.) – *The World System. Five Hundred Years or Five Thousand?*. Londres: Routledge, 1993.

FUKUYAMA, Francis – *The End of History and the Last Man*. Londres: Hamish Hamilton, 1992.

- FURTADO, Celso – *A Economia Brasileira (Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso – *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso – *O Longo Amanhecer. Reflexões sobre a Formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- GRAY, John – *False Dawn. The Delusions of Global Capitalism*. Londres: Granta, 1998.
- HABER, Stephen – «Economic Growth and Latin American Economic Historiography». In HABER, S. (ed.) – *How Latin America Fell Behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1997, pp. 1-33.
- HABER, Stephen, e KLEIN, Herbert – «The Economic Consequences of Brazilian Independence». In HABER, S. (ed.) – *How Latin America Fell Behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1997, pp. 243-259.
- HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Lisboa: Editorial Presença, 7 vols., 1982.
- HOBSBAWM, E. J. – *A Era do Capital, 1848-1875*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- HOBSBAWM, E. J. – *The Age of Empire, 1875-1914*. Londres: Cardinal, 1989.
- HOBSON, John M. – *The Wealth of States. A Comparative Sociology of International Economic and Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- JUSTINO, David – «Fontismo: o impossível livre câmbio». In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, n.º 23, 1988, pp. 3-20.
- JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Vega, 2 vols., 1989.
- KAZIN, Michael – *The Populist Persuasion. An American History*. Nova York: Basic Books, 1996.
- KENWOOD, A. G., e LOUGHEED, A. L. – *The Growth of the International Economy, 1820-1990*. Londres: Routledge, 1992.
- KILLICK, Tony (ed.) – *The Flexible Economy. Causes and Consequences of the Adaptability of National Economies*. Londres: Routledge, 1995.
- KRUGMAN, Paul – *Geography and Trade*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993.
- KRUGMAN, Paul – *Pop Internationalism*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1996.
- LAINS, Pedro – «O proteccionismo em Portugal [1842-1913]». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 97, 1987, pp. 481-503.
- LAINS, Pedro – *A Economia Portuguesa no Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.
- LEFF, Nathaniel – «Economic development in Brazil, 1822-1913». In HABER, S. (ed.) – *How Latin America Fell Behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1997, pp. 34-64.
- MARCY, Gérard – *Économie Internationale*. Paris: PUF, 1965.
- MARRECA, Oliveira – *Obra Económica*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 2 vols., 1984.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1878.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *O Regime das Riquezas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1917.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Dispersos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2 vols., 1923.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 2 vols., 1925.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Teoria do Socialismo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1952.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal e o Socialismo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1953.
- MARTINS, J. P. Oliveira Martins – *Política e Economia Nacional*. Lisboa: Guimarães Editores, 1954.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *A Circulação Fiduciária*. Lisboa: Guimarães Editores, 1955.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *A Inglaterra de Hoje*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956b.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *O Repórter*. Lisboa: Guimarães Editores, 2 vols., 1957.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *A Província*. Lisboa: Guimarães Editores, 5 vols., 1959.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães Editores, 1978.
- MATA, Maria Eugénia – *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- MATHIAS, Peter – «A formação de uma economia mundial, 1500-1914». In *Ler História*. Lisboa, n.º 11, 1987, pp. 77-93.
- MATTHEW, H. C. G. – «The liberal age». In MORGAN, K. (ed.), *The Oxford History of Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 518-581.
- MAURO, Frédéric – «O problema da pré-industrialização do Brasil: 1830/50-1930/50». In *Ler História*. Lisboa, n.º 13, 1988, pp. 103-112.
- MERQUIOR, José Guilherme – *A Natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.
- MIRANDA, Sacuntala de – *Portugal, o Círculo Vicioso da Dependência*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.
- MÔNICA, Maria Filomena (ed.) – *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853 – Alexandre Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: Quetzal, 1993.
- MURTEIRA, Mário – *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- NABUCO, Joaquim – *Um Estadista do Império: José Thomaz Nabuco de Araújo [1897-1899]*. Rio de Janeiro: Editora Nova-Aguilar, 1975.
- NEVES, João César das – «O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1833-1985». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 112, 1991, pp. 807-822.
- NEVES Lúcia Maria Bastos Pereira das, e MACHADO, Humberto Fernandes – *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEDREIRA, Jorge Miguel – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil [1780-1830]*. Lisboa: Difel, 1994.
- PENNA, Lincoln de Abreu – *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Revolução, Finanças, Dependência Externa [de 1820 à Convenção do Gramido]*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.
- PEREIRA, Miriam Halpern – «Respuesta a la reseña de su libro por Gabriel Tortella». In *Revista de Historia Económica*. Madrid, ano III, n.º 3, 1985, pp. 521-523.
- PEREIRA, Miriam Halpern – «Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1.ª metade do século XIX em Portugal». In *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 53-73.
- POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- POLLARD, Sidney – *European Economic Integration, 1815-1970*. Londres: Thames and Hudson, 1974.
- POLLARD, Sidney – «Prosperity and depression: the international economy». In PUGH, M. (ed.) – *A Companion to Modern European History, 1871-1945*. Oxford: Blackwell, 1997, pp. 25-44.
- PRADO JÚNIOR, Caio – *História Económica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

- RAHE, Paul A. – *Republics Ancient and Modern*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 3 vols., 1994.
- RAMOS, Rui – «Desmoroamento e reconstrução da economia». In REIS, António [ed.] – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, vol. I, pp. 153-222.
- RAMOS, Rui – «A crise». In REIS, António [ed.] – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990b, vol. II, pp. 165-182.
- RAMOS, Rui – «A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)». In *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 483-528.
- RAMOS, Rui – «A ideia republicana e a história da República em Portugal». In *Análise Social*, n.º 115, 1992b, pp. 229-239.
- RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In MATTOSO, J. (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI, 1994.
- RAMOS, Rui – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a «New Life» and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*. Oxford: Universidade de Oxford, tese de doutoramento não-publicada, 1997.
- RAMOS, Rui – «As origens ideológicas da condenação das descobertas e das conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 140, 1997b, pp. 113-141.
- RAMOS, Rui – «Oliveira Martins e a ética republicana». In *Penélope*. Lisboa, n.º 18, 1998, pp. 167-187.
- RAMOS, Rui – «A prisoner of liberalism: the strange case of J. P. Oliveira Martins». In *Portuguese Studies*. Londres, vol. XVI, 2000, pp. 51-81.
- RAMOS, Rui – «A miséria da globalização». In *Política Internacional*. Lisboa, n.º 22, 2000b, pp. 217-230.
- REIS, Jaime – «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 96, 1987, pp. 206-227.
- REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- REIS, Jaime – «Portugal: o primeiro a aderir ao padrão-ouro». In WAA, *Convertibilidade Cambial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1995.
- REIS, Jaime – «Causas históricas do atraso económico português». In TENGARRINHA, José [ed.] – *História de Portugal*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, pp. 241-261.
- REIS, Jaime – «How poor was the European periphery before 1850?». In PAMUK, Sevket, e WILLIAMSON, Jeffrey [eds.] – *The Mediterranean Response to Globalization before 1850*. Londres: Routledge, 2000b, pp. 17-44.
- RIBEIRO, Gladys Sabina – «Ser português ou ser brasileiro? Algumas considerações sobre o Primeiro Reinado». In *Ler História*. Lisboa, n.º 25, 1994, pp. 27-55.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – «Conflitos ideológicos nos meados do século XIX: o problema pautal». In *Revista de História das Ideias*. Coimbra, n.º 1, 1977.
- ROCAMORA, José Antonio – *El Nacionalismo Ibérico, 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1993.
- ROSAS, Fernando – «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 128, 1994, pp. 871-887.
- SALAZAR, António de Oliveira – *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos, 1916-1918*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.
- SAMPAIO, António Rodrigues – *Antologia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982.
- SANTOS, Theotónio dos – *A Teoria da Dependência. Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SARAVA, António José – *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- SCHUMPETER, Joseph – *Ensaio: Empresários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo*. Tradução portuguesa. Lisboa: Celta, 1996.
- SCHWARTZMAN, Kathleen – *The Social Origins of Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 1989.
- SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder: Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978.
- SILVA, Álvaro Ferreira da – «A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)». In *Análise Social*. Lisboa, n.º 136, 1996, pp. 599-629.
- THOMPSON, J. M. – *Louis Napoleon and the Second Empire*. Oxford: Basil Blackwell, 1956.
- THOMPSON, William R. – *The Emergence of the Global Political Economy*. Londres: Routledge, 2000.
- VALÉRIO, Nuno – «Portugal nos séculos XVIII e XIX segundo Adam Smith e Friedrich List». In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, n.º 6, 1980, pp. 105-115.